

COP29: Uma delegação assustada dos Guardiões da Sabedoria

Espera-se que esta Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas 29 se concentre na avaliação do progresso em direção às metas climáticas previamente estabelecidas, incluindo a criação da Nova Meta Quantificada Coletiva sobre Financiamento Climático, e os países finalizarão e enviarão seus documentos de transparência para mostrar o quanto avançaram no tratamento de suas metas climáticas em nível nacional. Em 2025, os países atualizarão ou aprimorarão suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris, e as vozes indígenas devem ser ouvidas e integradas a essas atualizações. Para fazer isso, o engajamento indígena deve começar agora em 2024.

1. Implementação de Fundos Climáticos: Com os detalhes operacionais e mecanismos do novo fundo de perdas e danos finalizados. Exigimos que esses fundos sejam desembolsados de forma equitativa, priorizando países em desenvolvimento e comunidades indígenas que são desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas. Esses fundos devem ser na forma de subsídios, não empréstimos que apenas promoverão a colonização financeira.

2. Avanços na Tecnologia Verde: À medida que os avanços tecnológicos continuam, antecipamos uma adoção generalizada de tecnologias verdes, incluindo melhorias em energia renovável e armazenamento de baterias. Nossa delegação exige que essas tecnologias sejam transferidas, acessíveis e benéficas para os povos indígenas. É imperativo que a extração de materiais essenciais para essas tecnologias seja conduzida de uma maneira que respeite totalmente o conhecimento e os direitos indígenas. Insistimos em mecanismos rigorosos para garantir que os processos extrativos não gerem nenhum dano ambiental ou cultural. Isso inclui consultas obrigatórias e completas com representantes indígenas para incorporar suas perspectivas e necessidades, acesso equitativo garantido à tecnologia e aos recursos e monitoramento contínuo rigoroso para evitar quaisquer impactos adversos em nossas terras, meios de subsistência e patrimônio cultural. A extração e o processamento de materiais devem estar em conformidade com os mais altos padrões ambientais e de direitos humanos para evitar qualquer degradação de ecossistemas e interrupção dos modos de vida indígenas, e apenas com o consentimento prévio e informado livre dos povos indígenas. O bem-estar e a soberania dos povos indígenas não são negociáveis, e exigimos uma abordagem mais justa e intransigente que proteja inequivocamente tanto o meio ambiente quanto o patrimônio cultural. Em particular, essas tecnologias não devem ser criadas pela mineração de minerais de terras raras em terras indígenas e locais sagrados. Rejeitamos a lavagem verde da energia nuclear como solução; o chamado câncer de baixo carbono ainda mata.

3. Mudanças econômicas globais: Espera-se uma mudança em direção a economias verdes globalmente, com maiores investimentos em infraestrutura e indústrias sustentáveis. Essa transição deve incluir programas robustos de transição justa, pois exigimos apoio para comunidades e trabalhadores, particularmente aqueles em regiões dependentes de indústrias de combustíveis fósseis. Em muitos casos, comunidades indígenas têm suportado o peso da produção e dos danos dos combustíveis fósseis e, de repente, onde essa indústria não está mais disponível, há uma lacuna econômica significativa. Embora rejeitemos o capitalismo, abraçamos as reparações climáticas e compensamos os trabalhadores diretamente pelos danos físicos, ambientais, culturais e psicológicos que eles suportaram e os salários perdidos são um componente não negociável de

que. Essas comunidades então não apenas enfrentam degradação ambiental e prejuízos à saúde, mas também ficam sem renda. Uma transição justa garante que esses indivíduos sejam requalificados e possam trabalhar em novas indústrias na economia sustentável.

4. Acordos e Políticas Internacionais: A introdução de acordos e políticas internacionais novos ou atualizados visando acelerar a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono é antecipada. Exigimos que essas políticas incluam disposições que protejam os direitos indígenas e promovam bens e serviços ambientalmente sustentáveis de uma maneira que respeite nossas tradições e soberanias. Nações indígenas soberanas devem ser reconhecidas como tais e todos os direitos de tomada de decisão que as abrangem devem ser honrados.

Nosso envolvimento e as demandas que apresentamos são essenciais para garantir que esses desenvolvimentos não apenas abordem os desafios climáticos globais, mas também promovam os direitos e o bem-estar das populações indígenas, enfatizando a importância da cooperação internacional sustentada e do comprometimento para atingir metas climáticas abrangentes.

Eliminação gradual dos combustíveis fósseis - Acabar com todos os subsídios para a indústria de combustíveis fósseis

Acabar com todos os subsídios para a indústria de combustíveis fósseis envolve uma mudança abrangente na política governamental e econômica. Os subsídios que atualmente apoiam a produção e o consumo de combustíveis fósseis devem ser eliminados total e imediatamente. Esta medida visa desencorajar o uso de combustíveis fósseis, tornando-os economicamente inviáveis em comparação com fontes de energia renováveis. Os fundos anteriormente alocados para esses subsídios devem ser redirecionados para apoiar projetos de energia renovável, pesquisa em tecnologias sustentáveis, reparações climáticas e auxílio a trabalhadores em transição do setor de combustíveis fósseis para indústrias verdes emergentes. Esta mudança também inclui a reforma de códigos tributários, o fim de incentivos financeiros para exploração e produção de petróleo, gás e carvão e a implementação de regulamentações rígidas contra esforços de lobby pela indústria de combustíveis fósseis.

Os países desenvolvidos devem fazer a sua parte e não apenas impor uma moratória a qualquer nova expansão de combustíveis fósseis no mercado interno, com uma eliminação gradual incluída até o início da década de 2030 (<2034), mas também devem fornecer financiamento aos países em desenvolvimento para que façam a transição dos combustíveis fósseis para uma economia alimentada por energia renovável.

Transição para uma economia 80% verde até 2035 pelas nações desenvolvidas

A transição para uma economia 80% verde até 2035 envolve uma transformação significativa na forma como as economias operam, priorizando a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico. Essa meta exigiria investimentos agressivos em fontes de energia renováveis, como energia solar, eólica, hidrelétrica e geotérmica. O objetivo é garantir que essas fontes de energia limpa sejam responsáveis por pelo menos 80% ou mais do consumo total de energia até 2030, reduzindo drasticamente a dependência de

combustíveis fósseis. Também envolve o aumento da eficiência energética em todos os setores da economia — de processos industriais a sistemas residenciais de aquecimento e resfriamento. Os desenvolvimentos de infraestrutura se concentrariam em práticas sustentáveis, incluindo padrões de construção verde, redes de transporte público expandidas para reduzir emissões veiculares e uso generalizado de veículos elétricos.

Além disso, essa transição inclui fomentar a criação de empregos verdes e fornecer programas educacionais e treinamento para equipar a força de trabalho com as habilidades necessárias para funções de desenvolvimento sustentável. Governos, empresas e comunidades colaborariam para criar políticas e incentivos que promovam uma economia verde, garantindo que o crescimento econômico seja inclusivo e ambientalmente responsável.

Essas iniciativas exigem cooperação global, estruturas políticas sólidas, investimentos financeiros significativos e um compromisso para superar os desafios políticos e econômicos associados a uma agenda tão transformadora.

Em 2024, como parte dos esforços contínuos para combater as mudanças climáticas e promover a cooperação internacional, vários eventos e desenvolvimentos significativos são esperados. Nós, como uma delegação independente de povos indígenas, estamos ativamente engajados nesses processos, trazendo nossas demandas por justiça e inclusão.

TRANSIÇÃO JUSTA

Uma Transição Justa, através de uma lente indígena, garante que a mudança para uma economia de baixo carbono seja equitativa e inclusiva, particularmente para nossas comunidades indígenas. Essa abordagem reconhece as injustiças históricas e contínuas que enfrentamos, enfatizando a necessidade de justiça reparadora. Ela envolve a criação de oportunidades para empregos verdes que integrem nossos conhecimentos e práticas tradicionais, fornecendo suporte para trabalhadores em transição de indústrias ambientalmente prejudiciais e garantindo que sejamos tomadores de decisão centrais, respeitando nossa soberania e autodeterminação. Essa transição precisa nutrir a preservação de nossas culturas, línguas e tradições, reconhecendo sua importância para a resiliência e identidade de nossa comunidade. Ela enfatiza iniciativas lideradas pela comunidade e administração ambiental, destacando nossas contribuições para a biodiversidade e a saúde do ecossistema. As recomendações de políticas incluem garantir nossa representação em órgãos de tomada de decisão sobre clima e energia, alocar financiamento para projetos verdes liderados por indígenas, implementar estruturas legais que protejam nossos direitos à terra e criar programas educacionais que incorporem nosso conhecimento para empregos verdes. Uma Transição Justa, vista através de uma lente indígena, é sustentável e justa, compartilhando os benefícios de uma economia de baixo carbono de forma equitativa e nos capacitando a liderar em direção a um futuro resiliente e inclusivo.

PERDA E DANOS

Perda e Danos, de uma perspectiva indígena, reconhecem os impactos desproporcionais das mudanças climáticas em nossas comunidades indígenas. As mudanças climáticas nos afetam de maneiras únicas e profundas, ameaçando nossas terras, meios de subsistência e modos de vida. Reconhecendo isso, é essencial desenvolver mecanismos equitativos para compensar esses impactos. Isso envolve

envolver ativamente as comunidades indígenas na concepção e implementação dessas soluções para garantir que sejam culturalmente apropriadas e eficazes.

Essa abordagem garante que novas oportunidades na economia verde sejam acessíveis aos povos indígenas, fornecendo caminhos para meios de subsistência sustentáveis que se alinham com nossos valores e tradições. Nossa sabedoria e práticas tradicionais, aprimoradas ao longo de séculos de vida em harmonia com a natureza, são inestimáveis na elaboração de soluções sustentáveis para os desafios climáticos. Ao valorizar e utilizar nosso conhecimento, podemos aumentar a eficácia dos esforços de adaptação e mitigação do clima.

Além disso, é crucial preservar nossa herança cultural diante das mudanças climáticas. Isso inclui proteger nossos locais sagrados, línguas e práticas tradicionais que estão em risco.

Lidar com perdas não econômicas é igualmente importante, pois a perda de identidade cultural, conexões espirituais e coesão comunitária não pode ser medida em termos monetários, mas é profundamente sentida em nossas comunidades.

Garantir suporte legal e político é fundamental para proteger nossos direitos e promover nossa participação ativa na ação climática. Isso inclui reconhecer e defender nossos direitos à terra, fornecer recursos financeiros para iniciativas climáticas lideradas pela comunidade e criar políticas inclusivas que reflitam nossas necessidades e perspectivas.

Ao integrar esses elementos, podemos criar uma resposta mais inclusiva e justa às mudanças climáticas que honra e empodera as comunidades indígenas. Essa abordagem holística não apenas aborda os impactos imediatos das mudanças climáticas, mas também constrói um futuro resiliente e sustentável para todos.

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO (CLPI)

O FPIC se destaca como uma pedra angular no relacionamento entre comunidades indígenas e projetos de desenvolvimento que impactam suas terras e culturas. É crucial para garantir que quaisquer iniciativas econômicas, ambientais ou sociais, incluindo aquelas relacionadas à Transição Justa e ao tratamento de Perdas e Danos, prossigam apenas com o consentimento claro das comunidades indígenas afetadas. O FPIC capacita os povos indígenas a negociar os termos de engajamento, proteger sua herança cultural e garantir que seus direitos sejam mantidos diante das mudanças e desafios globais. Este princípio deve ser reconhecido e implementado globalmente para realmente respeitar e defender a soberania indígena e garantir sua participação ativa na formação de um futuro sustentável.

DISTRAÇÕES PERIGOSAS

Soluções falsas no contexto das mudanças climáticas não são apenas inadequadas; elas são perigosas. Estas medidas, que parecem benéficas para reduzir as emissões de carbono ou mitigar o impacto ambiental, acabam por não conseguir resolver as causas profundas dos problemas e, muitas vezes,

exacerbá-los. De uma perspectiva indígena, essas chamadas soluções são particularmente insidiosas, pois frequentemente minam os direitos indígenas e desconsideram a natureza holística e interconectada dos ecossistemas compreendidos pela sabedoria indígena.

Para comunidades indígenas, a batalha contra falsas soluções é urgente. Essas medidas, incluindo projetos de geoengenharia em larga escala, esquemas de comércio de carbono ou produção de biocombustíveis, frequentemente resultam em desapropriação de terras, degradação ecológica e maior marginalização. Elas priorizam o lucro sobre as pessoas e a natureza, perpetuando um ciclo de danos ambientais e sociais. Isso não apenas interrompe nossas práticas sustentáveis, mas também ameaça nossa própria existência.

Ativistas e líderes indígenas estão pedindo uma reavaliação severa dessas soluções "verdes". Devemos expor e dismantlar novas formas de colonialismo ambiental disfarçadas de ação climática. Soluções verdadeiras devem incorporar sistemas de conhecimento indígenas, priorizar a saúde do ecossistema e respeitar a soberania e a autodeterminação das comunidades indígenas globalmente. Iniciativas lideradas pela comunidade são essenciais, capacitando os povos indígenas a liderar a luta contra as mudanças climáticas em seus termos.

A participação equitativa nos processos de tomada de decisão sobre o clima não é negociável. As vozes indígenas não devem apenas ser incluídas, mas devem ser centrais em todos os fóruns onde políticas e soluções climáticas são discutidas. Isso garante que as estratégias não sejam apenas tecnicamente eficazes, mas também socialmente justas e culturalmente apropriadas.

Destacar essas questões é crucial para garantir que a ação climática seja genuinamente sustentável e justa. Não basta reduzir as pegadas de carbono; também devemos respeitar os direitos à terra e as práticas tradicionais dos povos indígenas. Nossa sabedoria, que enfatiza viver em harmonia com a natureza e reconhecer a interdependência de todos os seres vivos, oferece o caminho a seguir. Ao integrar essa perspectiva, podemos promover soluções genuínas que beneficiem o planeta e todos os seus habitantes de forma equitativa.

Abordar soluções falsas envolve examinar estratégias climáticas para garantir que elas não perpetuem danos ou desigualdades. Os riscos são altos demais para se contentar com meias medidas ou soluções enganosas. Ao elevar o conhecimento e a liderança indígenas, podemos desenvolver abordagens que realmente enfrentem as causas raízes das mudanças climáticas, promovendo um mundo mais saudável e justo para todos. Nosso futuro depende disso.

ESQUEMAS DE COMÉRCIO DE CARBONO Opondo- se a

esquemas de comércio de carbono é um ponto de foco crítico de uma perspectiva indígena, pois esses esquemas geralmente promovem uma abordagem baseada no mercado para resolver problemas climáticos que podem negligenciar as mudanças sistêmicas mais profundas necessárias para a verdadeira justiça ambiental. Os mercados de carbono permitem que empresas e países comprem e vendam permissões para emitir gases de efeito estufa. Embora ostensivamente projetados para reduzir emissões, esses esquemas podem levar ao "colonialismo do carbono", onde o fardo do ajuste recai desproporcionalmente sobre terras e povos indígenas.

Comunidades indígenas frequentemente argumentam que o comércio de carbono não reduz as emissões gerais, mas apenas transfere a responsabilidade de grandes emissores para áreas com menor desenvolvimento econômico. Isso pode levar a situações em que terras indígenas são alvos de projetos de compensação de carbono, como reflorestamento em larga escala, muitas vezes sem consentimento genuíno ou benefício para as comunidades locais, interrompendo estilos de vida tradicionais e causando desequilíbrio ecológico.

O foco está na defesa de reduções diretas de emissões na fonte e na promoção de práticas sustentáveis que integrem o conhecimento indígena e a administração do meio ambiente. Essa abordagem se opõe à mera mercantilização da natureza como um "sumidouro" para a poluição industrial e enfatiza a gestão ambiental holística e liderada pela comunidade, que respeita e preserva as culturas indígenas e a integridade do mundo natural.

Com base no impulso da conferência do ano passado, nossa delegação está dedicada a aprofundar nosso engajamento e promover uma compreensão abrangente da crise climática na COP29. Refinamos nossas principais prioridades políticas para integrar ainda mais o conhecimento e as práticas indígenas no discurso ambiental global. Veja como planejamos abordar isso:

PROMOVENDO FORMAS INDÍGENAS DE SABER Dando continuidade às

discussões do ano passado, defendemos o reconhecimento das formas indígenas de saber como uma perspectiva alternativa essencial que oferece uma visão holística e interconectada da natureza. Essa visão de mundo é crucial para enriquecer a administração ambiental global e a sustentabilidade.

DEFENDENDO A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Com base em compromissos anteriores, nossa delegação insiste na inclusão crucial de vozes e práticas indígenas na formulação de políticas climáticas e negociações globais. Além disso, as comunidades indígenas devem ser reconhecidas independentemente de serem "formalmente" reconhecidas pelos governos.

Estamos pressionando pela criação de grupos de trabalho que explorem sistemas alternativos para valorizar e interagir com a natureza, indo além das estruturas econômicas convencionais.

Florestas e Amazônia

Em preparação para a atualização de 2025 das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris, os Guardiões da Sabedoria Amazônica, como aliados na Delegação dos Guardiões da Sabedoria, veem a COP29 como um momento crucial para influenciar essas políticas climáticas na luta por um futuro saudável, justo e habitável. Os jovens membros indígenas da delegação participarão ativamente das negociações, defenderão a integração dos direitos e conhecimentos indígenas amazônicos, farão lobby com governos nacionais e colaborarão com outras organizações para garantir que as NDCs reflitam com precisão as necessidades de suas comunidades. Ao monitorar de perto o processo, eles

visam garantir que as vozes indígenas da Amazônia sejam representadas nesses acordos climáticos internacionais críticos.

SAÚDE E PROTEÇÃO DOS OCEANOS Enfatizando

o progresso feito no ano passado, continuamos focados na importância crítica da saúde dos oceanos e na proteção dos recifes costeiros, particularmente em torno de nações insulares. Nossos esforços contínuos de advocacy são voltados para o estabelecimento de medidas de proteção informadas pelo conhecimento tradicional e práticas sustentáveis.

SOLUÇÕES E REPARAÇÕES PÓS-CRESCIMENTO

Refletindo sobre as discussões do ano passado, abordamos a necessidade de soluções pós-crescimento e decrescimento que reconheçam as responsabilidades históricas do Norte Global e visem retificar as desigualdades contínuas enraizadas no colonialismo. Nossa abordagem inclui a defesa de reparações e caminhos de desenvolvimento sustentável que se afastem da dependência de métricas de crescimento econômico.

RESTAURANDO A VISÃO DE PARENTESCO: FORMAS INDÍGENAS DE CONHECIMENTO Com base nos

insights do ano passado, nossa delegação continua a desafiar a perspectiva colonial dominante da natureza, que frequentemente mercantiliza o meio ambiente. Enfatizamos a restauração de uma visão de parentesco que considera os humanos e a natureza como parentes interconectados, não meros recursos.

Ao longo da COP29, sediaremos uma série de eventos paralelos nas zonas Verde e Azul para promover essas prioridades políticas refinadas. Esses eventos destacarão a ação climática liderada por indígenas, enfatizarão a importância da descolonização e defenderão a equidade ambiental, fomentando uma plataforma para discussões significativas e transformadoras.

COP29 FINANCIAMENTO CLIMÁTICO ATRAVÉS DE UMALENTE INDÍGENA

O financiamento climático, de uma lente indígena, foca na distribuição equitativa e culturalmente apropriada de recursos para dar suporte às comunidades indígenas na adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Essa perspectiva enfatiza que os mecanismos e recursos financeiros não devem apenas atingir as comunidades indígenas, mas também respeitar sua soberania e sistemas de conhecimento tradicionais.

Acesso direto e equitativo ao financiamento:

Vozes indígenas clamam por acesso direto ao financiamento climático, defendendo processos simplificados que eliminem barreiras burocráticas. Isso garante que o financiamento chegue diretamente aos povos indígenas, nos capacitando a implementar soluções climáticas localizadas que estejam enraizadas em seus conhecimentos e práticas ecológicas tradicionais.

Participação na Governança Financeira:

Nossas delegações indígenas enfatizam a importância de incluir os Povos Indígenas nas estruturas de governança dos mecanismos de financiamento climático. Essa inclusão garante que as decisões de financiamento sejam tomadas com um profundo entendimento dos desafios únicos enfrentados pelas comunidades indígenas e que essas decisões estejam alinhadas com os princípios de autodeterminação e consentimento.

Respeitando o Conhecimento e as Práticas Tradicionais: O

financiamento climático deve apoiar projetos que incorporem o conhecimento ecológico indígena, que comprovadamente melhora a biodiversidade e a saúde do ecossistema. O suporte financeiro para projetos que utilizam esse conhecimento não apenas auxilia a resiliência climática, mas também promove a preservação e a revitalização das culturas indígenas.

Responsabilidade e Transparência: Deve

haver mecanismos em vigor para garantir que o financiamento climático seja usado de forma eficaz e chegue aos destinatários pretendidos sem desvio. As comunidades indígenas devem ter as ferramentas e a capacidade de monitorar e relatar como esses fundos estão sendo usados, promovendo transparência e responsabilidade.

Abordando Desigualdades Históricas: Os

mecanismos de financiamento climático devem reconhecer e abordar as desigualdades e injustiças históricas que os Povos Indígenas enfrentaram, incluindo a desapropriação de terras e a exclusão de oportunidades econômicas. Os recursos financeiros destinados ao combate às mudanças climáticas devem contribuir para retificar essas injustiças, apoiando a reabilitação ambiental e social.

Ao focar nesses princípios, o financiamento climático pode servir como uma ferramenta poderosa não apenas para abordar os impactos das mudanças climáticas, mas também para promover os direitos e o bem-estar dos povos indígenas globalmente.

NCQG

No contexto da Nova Meta Quantificada de Financiamento Climático (NCQG), nossas demandas por financiamento climático equitativo são claras: tanto a quantidade quanto a qualidade do financiamento climático precisam de transformação radical. Apelamos por financiamento climático na casa dos trilhões. O custo da inação sobre as mudanças climáticas supera em muito esse investimento. Atualmente, guerras e conflitos recebem trilhões em financiamento, que geralmente são usados para destruição, enquanto a necessidade urgente de fundos para apoiar a regeneração e a vida por meio da ação climática continua subfinanciada. A última meta de financiamento climático de US\$ 100 bilhões é lamentavelmente inadequada e fica muito aquém de atender às crescentes necessidades relacionadas ao clima, particularmente para alívio de desastres e danos induzidos pelo clima.

A qualidade do financiamento climático também deve mudar para ser livre de dívidas e baseado em subsídios. Historicamente, 63% dos US\$ 100 bilhões em financiamento climático foram baseados em empréstimos, o que apenas agrava o fardo da dívida sobre os países vulneráveis. Essa mudança é crítica, pois o financiamento climático deve ser visto como um direito, não como um mecanismo extrativista voltado para o lucro. É essencial que o financiamento climático seja originado de financiamento público em vez de investimentos privados, garantindo que seja

previsível, adequado e acessível. Sem isso, as necessidades urgentes de populações vulneráveis, incluindo recuperação de desastres e resiliência climática, permanecerão sem atendimento.

A acessibilidade do financiamento climático, particularmente para povos indígenas e comunidades locais, continua sendo um desafio significativo. Mecanismos como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) canalizam amplamente fundos por meio de atores estatais, que frequentemente operam dentro de estruturas coloniais. Isso cria barreiras para comunidades indígenas e partes interessadas locais acessarem os fundos diretamente. Além disso, intermediários como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) frequentemente introduzem complexidade, burocracia e obstáculos burocráticos que dificultam que os mais vulneráveis se beneficiem do financiamento climático. Isso precisa ser abordado, pois os povos indígenas, que estão na linha de frente da crise climática, exigem acesso direto e simplificado a esses fundos.

O NCQG deve colocar as finanças públicas em seu cerne, com as provisões públicas impulsionando a maior parte do financiamento climático. As finanças públicas não devem apenas fazer parte do cenário de investimento global mais amplo, mas devem ser a principal fonte de financiamento climático, garantindo que sejam distribuídas de forma equitativa e sem adicionar mais encargos de dívida. Os países desenvolvidos têm uma responsabilidade particular de realocar orçamentos de indústrias prejudiciais, como subsídios a combustíveis fósseis, que em média somam US\$ 13 milhões por minuto, e redirecionar esses fundos para o financiamento climático. Em comparação, os danos climáticos estão atualmente custando à economia global US\$ 16 milhões por hora. Somente na Europa, US\$ 900 bilhões adicionais poderiam ser mobilizados por meio de impostos e responsabilizando os poluidores.

Finalmente, o NCQG deve abordar questões de responsabilidade, implementação, rastreamento e impacto. Quem será responsável por implementar e supervisionar o NCQG? Como os fundos serão rastreados e como garantiremos transparência e responsabilidade? E, mais criticamente, como o impacto do financiamento climático será medido, particularmente para aqueles mais vulneráveis às mudanças climáticas

Abordar essas questões será crucial para garantir que o NCQG seja eficaz e verdadeiramente transformador na luta pela justiça climática.

Versão mais curta; texto resumido sobre NCQG

O NCQG está defendendo o financiamento climático que atinja trilhões, enfatizando que o custo da inação excede em muito o investimento inicial necessário. Atualmente, trilhões são alocados para guerras e conflitos em vez de regeneração e criação de vida. A meta de US\$ 100 bilhões é insuficiente, especialmente considerando que 63% desse financiamento foi baseado em empréstimos, sobrecarregando os beneficiários com dívidas. O financiamento climático deve ser livre de dívidas e baseado em subsídios, com alocações orçamentárias mudando da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para o financiamento climático. A acessibilidade é crucial, com fundos precisando ser facilmente obtidos com o mínimo de burocracia devido à urgência da crise climática. Uma parcela significativa do financiamento deve ser direcionada para o socorro a desastres e danos relacionados, provenientes de financiamento público em vez de empréstimos ou esquemas lucrativos. Financiamento previsível, adequado e acessível é essencial, com uma definição clara de financiamento climático e mecanismos de rastreamento aprimorados

para superar desafios anteriores. As comunidades indígenas devem ter melhor acesso a esses fundos, abordando as complexidades e barreiras dos mecanismos atuais, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O NCQG enfatiza a necessidade de financiamento público, defendendo uma abordagem em camadas onde o financiamento público é o núcleo, complementado por investimentos globais, ou colocando o financiamento público no centro de todas as iniciativas. Os orçamentos públicos devem ser redirecionados de subsídios a combustíveis fósseis e gastos militares para o financiamento climático, com a Europa tendo o potencial de arrecadar US\$ 900 bilhões por meio de impostos e um sistema de pagamento de poluidores. Finalmente, a implementação dessas metas requer uma responsabilização clara, garantindo o rastreamento e a avaliação adequados dos impactos do financiamento climático.

Soluções lideradas por mulheres para as mudanças climáticas através de uma lente indígena

Soluções lideradas por mulheres para a mudança climática, particularmente de perspectivas indígenas, empoderam as mulheres como agentes essenciais na administração ambiental, aproveitando seus papéis únicos e profundos insights culturais para promover tanto a equidade de gênero quanto a sustentabilidade ecológica. As mulheres indígenas possuem conhecimento ancestral sobre a gestão de terras e recursos, e sua liderança em iniciativas lideradas por mulheres alavanca essa sabedoria para elaborar estratégias de resiliência climática que sejam culturalmente afinadas e eficazes para suas comunidades. Esses movimentos empoderam as mulheres indígenas para abordar questões ambientais locais urgentes, como degradação da terra e escassez de água. Ao liderar esforços de base, elas não apenas enfrentam desafios imediatos, mas também fortalecem as capacidades de longo prazo de suas comunidades para uma vida sustentável. As mulheres indígenas defendem uma representação substancial na formulação de políticas climáticas, esforçando-se para garantir que as estruturas de ação climática incorporem direitos e perspectivas indígenas, promovendo assim políticas que sejam inclusivas e equitativas. Elas estão na vanguarda da integração do conhecimento ecológico tradicional com práticas modernas de sustentabilidade, abordagens pioneiras que minimizam os impactos ambientais ao mesmo tempo em que reforçam a resiliência da comunidade. Vinculando a ação climática ao empoderamento econômico, as iniciativas lideradas por mulheres indígenas promovem oportunidades em setores sustentáveis, como cultivo de plantas nativas, ecoturismo e artesanato tradicional, que apoiam tanto o desenvolvimento comunitário quanto as metas ambientais. Enfatizar e apoiar soluções lideradas por mulheres indígenas é essencial para uma abordagem holística e justa para lidar com as mudanças climáticas, garantindo que as soluções não apenas mitiguem os impactos ambientais, mas também melhorem o tecido cultural, social e econômico das comunidades indígenas.

Recomendação de política: inclusão de emissões militares em emissões determinadas nacionalmente Contribuições (NDCs)

Para aumentar a transparência e a responsabilização na ação climática, todos os países devem incluir emissões de operações militares em suas NDCs, abrangendo atividades nacionais e internacionais. Essa inclusão deve se estender ao processo Global Stocktake para garantir uma avaliação abrangente do progresso global sob o Acordo de Paris. Os países devem fornecer metodologias detalhadas para calcular essas emissões e definir metas de redução ambiciosas e específicas com estratégias claras. Aumento do investimento em tecnologias militares de baixo carbono

também é crucial. A implementação desta política requer emendas às leis nacionais sobre clima e operações militares, com colaboração próxima entre os departamentos ambientais e de defesa, oferecendo assim uma representação mais precisa dos esforços nacionais em iniciativas climáticas globais.